

# **A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

## **THE INSTITUTIONALIZATION OF DISTANCE EDUCATION IN FEDERAL PUBLIC UNIVERSITIES: THE CASE OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA CATARINA**

**Roberta Souza Matos, Mestre**

<https://orcid.org/0000-0003-2546-8374>

[robertasmts@gmail.com](mailto:robertasmts@gmail.com)

Universidade Federal de Santa Catarina | Programa de Pós-Graduação em Administração  
Florianópolis | Santa Catarina | Brasil

**Gabriela Guichard de Lima Beck, Mestre**

<https://orcid.org/0000-0002-1869-2127>

[g.beck@hotmail.com](mailto:g.beck@hotmail.com)

Universidade Federal de Santa Catarina | Programa de Pós-Graduação em Administração  
Florianópolis | Santa Catarina | Brasil

**Irineu Manoel de Souza, Doutor**

<https://orcid.org/0000-0002-3640-0853>

[irineu.manoel@ufsc.br](mailto:irineu.manoel@ufsc.br)

Universidade Federal de Santa Catarina | Programa de Pós-Graduação em Administração  
Florianópolis | Santa Catarina | Brasil

Recebido em 20/março/2020

Aprovado em 23/julho/2020

Publicado em 01/setembro/2020

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Esta obra está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como propósito estudar o cenário atual da Educação a Distância (EAD) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Trata-se de um estudo de caso realizado com os coordenadores de cursos de educação a distância e gestores da UFSC. Como resultados foi possível identificar um cenário caracterizado por um temor quanto à possibilidade de fracasso da EAD nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), além da ausência de acordo em algumas questões entre os entrevistados. Mas, por outro lado, como um consenso, a necessidade extrema de mudança da visão da EAD na universidade por parte da gestão tanto da UFSC quanto do Ministério da Educação/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (MEC/CAPES), baseada na institucionalização dessa modalidade de ensino de modo que essa passe a integrar formalmente e estruturalmente a universidade. Impasses nas relações entre os agentes deste processo – polos – IFES – MEC/CAPES também foram bastante citados.

**Palavras-chave:** Gestão Universitária. Institucionalização. Educação a Distância.

## ABSTRACT

This research aims to study the current scenario of Distance Education (DE) at the Federal University of Santa Catarina (UFSC). This is a case study carried out with the coordinators of distance education courses and managers at UFSC. Its possible contributions are concentrated in the fact that this study sought to provide the opportunity to describe relevant information for the improvement of this teaching modality, based on the case study. As a result, it was possible to identify a scenario characterized by a fear of the possibility of failure of DE in Federal Institutions of Higher Education (IFES), in addition to the lack of agreement on some issues among the interviewees. But, on the other hand, as a consensus, the extreme need to change the vision of Distance Education at the university by the Management of UFSC and the Ministry of Education / Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (MEC / CAPES), based on institutionalization of this teaching modality so that it starts to formally and structurally integrate the university. Difficulties in the relationships between the agents of this process - poles - IFES – MEC/CAPES were also mentioned.

**Keywords:** University management. Institutionalization. Distance Education.

## **1 INTRODUÇÃO**

O cenário da educação superior brasileira tem demonstrado um progresso favorável no que diz respeito à oferta de cursos na modalidade da educação a distância. Tais iniciativas exigiram o estabelecimento de políticas públicas que, traduzidas em decretos, portarias e resoluções, buscaram conceituar melhor o campo de atuação da educação a distância no sistema de educação superior como um todo.

Conforme a ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância), a educação a distância, com sua metodologia online, permitiu a criação de novos métodos educacionais inclusivos e abertos para o oferecimento de educação, em qualquer tempo e local. Porém, de acordo com a ABED sua viabilização em espaços formativos de qualidade exige a implantação de inovações nos ambientes escolares, nas metodologias e na percepção das pessoas sobre o acesso e as práticas de formação. A EAD ocorre em novos espaços e tempos, além das escolas. Não obstante, exige procedimentos e práticas, formas de gestão e políticas distintas, e essas particularidades dessa modalidade de ensino geram diversos questionamentos além de muitos caminhos de investigação acadêmica sobre o tema. (ABED, 2017).

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2017) o volume de ingressos na educação superior teve um aumento significativo na modalidade a distância (variação positiva de 27,3% entre 2016 e 2017 enquanto nos cursos presenciais houve um acréscimo de 0,5%). (MEC, 2017). Nascimento e Vieira (2016) abordam uma série de ações das IFES que estão avançadas no processo de institucionalização da EAD, que são: inclusão de uma política da EAD no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional; aprovação de regimento da modalidade para oferta de cursos de graduação; concepção de uma diretoria específica para EAD; formação e capacitação para seus professores e técnicos administrativos; oferta de cursos de extensão, editais para oferta de disciplinas e fomento para pesquisas, vagas de monitoria e utilização de plataforma virtual integrada com dados do sistema acadêmico. (NASCIMENTO E VIEIRA, 2016).

Ademais, nos últimos anos, gestores das IFES não medem esforços para concretizar ações da EAD nas respectivas instituições. Entretanto, verifica-se a existência de obstáculos que embaraçam e desafiam a inserção da EAD na cultura organizacional das IFES. (NASCIMENTO E VIEIRA, 2016). Assim, a presente pesquisa tem como objetivo

estudar o cenário atual da Educação a Distância (EAD) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esta pesquisa é oportuna, pois visa fornecer informações essenciais sobre o cenário atual que se encontra esta modalidade de ensino na Universidade Federal de Santa Catarina, bem como apresentar e elencar as opiniões de diversos envolvidos no processo no que tange a questões cruciais da EAD.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE**

Em 1996 foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9394 com um traço estrutural nos escopos da educação básica, confirmando as quatro fundamentações do direito subjetivo da educação: completo desenvolvimento humano; preparo para o exercício da cidadania; preparo para o mundo do trabalho e ingresso nos níveis ulteriores do ensino. (CARDOSO ET AL, 2016). O primeiro Plano Nacional de Educação (2001-2010), fundamentado nos acertos e erros do Plano Decenal, provocou modificações significantes como as diretrizes, alinhadas ao conceito de estado mínimo: descentralização administrativa e financeira; priorização do Ensino Fundamental; divisão da responsabilidade com a educação; e municipalização do Ensino Fundamental. (CARDOSO ET AL, 2016). Entretanto, nas palavras de David et al (2015):

O Plano Nacional de Educação (2001-2011), norteado pela Constituição de 1988 (art. 214) e pelo art. 87 da LDB n.9.394/96, reduziu-se a uma agenda de providências a serem tomadas pela esfera governamental desde a União até os municípios. Definiu-se um conjunto de 295 metas, com prazo determinado de execução, para cada grau e modalidade de ensino. Um plano de horizontes promissores, mas natimorto por não conseguir se instituir como uma política de Estado. (DAVID ET AL, 2015, P. 126).

Já o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio de 2011/2020 apresentou uma estrutura mais enxuta, partindo de objetivos mais delimitados. Originou-se de uma consulta às bases educativas mediante encontros com profissionais interessados do ensino e fechando um diagnóstico o qual contemplou vinte metas para a melhoria da educação. (CARDOSO ET AL, 2016). A aprovação do novo Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020) no fim do mês de junho de 2014 pode ser definida como um marco referencial para o desenvolvimento da política educacional brasileira na década seguinte. Além de ser resultado de uma forte luta envolvendo o executivo e o legislativo federais, bem como a

sociedade civil organizada, o novo PNE abrangeu um conjunto de metas arrojadas, cujos alcances já se estabelecem como grandes obstáculos para a sociedade brasileira. (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015).

Darcy Ribeiro (1969) discutiu o papel social da universidade citando o estabelecimento de Estados democráticos e o advento da sociedade industrial como criadores de transformações que demandavam, em meados do século XX, um novo papel da universidade. O autor lançou e debateu as condições para se pensar uma universidade que tivesse a função de colaborar com o desenvolvimento dos países latino-americanos e sugeriu a existência de dois caminhos plausíveis e avessos para a reforma universitária desses países, a saber:

Uma delas é a modernização reflexa, baseada na suposição de que, acrescentando certos aperfeiçoamentos ou inovações a nossas universidades, vê-las-emos aproximar-se cada vez mais de suas congêneres mais adiantadas até se tornarem tão eficazes quanto àquelas. A outra política, que designamos de crescimento autônomo, parte da suposição de que a universidade, como uma subestrutura inserida numa estrutura social global, tende a operar como órgão de perpetuação das instituições sociais, enquanto atua espontaneamente; e que só pode representar um papel ativo no esforço de superação do atraso nacional, intencionalizando-se suas formas de existência e de ação com este objetivo. (RIBEIRO, 1969, P. 9).

De acordo com Chauí (2003) a universidade é uma instituição social e como tal revela de uma forma precisa o modo de funcionamento e a estrutura da sociedade como um todo. Tanto é assim que é possível verificar no âmbito da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos incompatíveis que revelam contradições e divisões da sociedade. Essa relação interna entre sociedade e universidade é o que elucida o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, ou seja, uma prática social estabelecida no reconhecimento público de suas atribuições e de sua legitimidade, em um princípio de diferenciação, que lhe atribui autonomia diante de outras instituições sociais. (CHAUÍ, 2003).

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DA EAD

O decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006 consolidou definitivamente o sistema a distância como política pública, trazendo em seu artigo I os principais objetivos da UAB, que dentre eles se destacam: disponibilizar, prioritariamente, cursos de licenciatura e de

formação inicial e continuada de professores da educação básica, proporcionar cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; expandir o acesso à educação superior pública; diminuir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do país; concretizar um amplo sistema nacional de educação superior a distância; e fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância. (BRASIL, 2006).

Dados do censo de 2016/2017 da ABED mostram que os cursos mais procurados são pedagogia, administração, serviço social, ciências contábeis e gestão de recursos humanos. O censo contabilizou 561.667 alunos em cursos regulamentados totalmente a distância e 217.715 em cursos regulamentados semipresenciais. (CENSO EAD. BR, 2016). Alonso (2010) traz uma questão não menos importante ao abordar o fato de que a dinâmica de expansão, e a forma pela qual se organiza a maioria das instituições superiores, entre outros fatores, expressam um cenário em que a EAD, como parte disso, talvez por sua maior visibilidade, é tomada, emblematicamente, como sendo o elemento problemático na expansão do ensino superior:

Isso não significa desconhecer os problemas oriundos da instalação de cursos e polos pelo país afora. O único senão, nesse caso, é o de considerar o contexto, a dinâmica e a lógica implícita na aceleração da oferta dessa modalidade no ensino superior. (ALONSO, 2010, P.1325).

Em 2017 o MEC publicou o Decreto nº 9.057/2017 que possibilitou que as IES – Instituições de Ensino Superior - possam ampliar a oferta de cursos superiores de graduação e pós-graduação a distância. Entre as principais mudanças estão a criação de polos da EAD pelas próprias instituições e o credenciamento de instituições na modalidade EAD sem exigir o credenciamento prévio para a oferta presencial. O objetivo do MEC com essa política é aumentar a oferta de ensino superior no país a fim de que seja possível atingir a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), a qual exige elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida em 33% da população de 18 a 24 anos. A nova regra também estabelece que o credenciamento exclusivo para cursos de pós-graduação *latu sensu* EAD fique restrito às escolas de governo. (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2017).

Nesse contexto cabe destacar a importância dos polos de apoio presencial, parceiros nessa oferta, os quais são responsáveis pela infraestrutura para viabilizar o funcionamento de cursos de ensino superior, principalmente no que tange à construção e manutenção de laboratórios específicos, de bibliotecas com acervo especializado e internet compatível com o ensino a distância, os quais demandam um alto investimento financeiro. (HERNANDES, 2017).

Salienta-se que, para Alonso (2010), no que cabe às IES públicas, e pela maneira pela qual se dá o financiamento dos projetos de cursos a distância, as vagas geradas na modalidade EAD não são contabilizadas no total geral da oferta em cada uma delas. Dessa forma, os alunos da EAD são excluídos da matriz orçamentária das instituições de ensino superior público e os programas nesta modalidade terminam por não serem instituídos de fato nelas. Isso acaba por gerar diversas distorções e problemas no interior dessas instituições. Entre os principais estão os relacionados ao financiamento e a sobrecarga de trabalho docente. (ALONSO, 2010). O Ministério da Educação oferece algumas vagas para professores trabalharem prioritariamente com cursos a distância, mas estes não são vinculados aos cursos da mesma maneira como seriam em cursos presenciais. Eles podem ser professores coringa (que operam em vários cursos) ou especialistas em informática e multimídias. (HERNANDES, 2017).

Ainda para Hernandez (2017), em função dos cursos superiores a distância não serem financiados pelo MEC, as IES públicas enfrentam dificuldades no desenvolvimento de tais cursos visto que a abertura de novas turmas e de novos cursos se limita a editais de chamadas propostos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Universidade Aberta do Brasil (CAPES/UAB). Como os cursos não são institucionalizados organicamente tornam-se atividades secundárias para a própria instituição de ensino superior. (HERNANDES, 2017).

Neste contexto, Weiss (1999) ressalta que o grau de institucionalidade de uma política encontra-se associado às circunstâncias históricas, culturais, operacionais, orçamentárias e reguladoras das organizações públicas.

De acordo com o Censo EAD. BR (2017) a evasão é um dos principais problemas enfrentados pela EAD e a maioria das instituições de ensino desconhecem os motivos: entre os cursos regulamentados totalmente a distância, 59% das instituições responderam que desconhecem os motivos ou não responderam à questão. No caso dos cursos

regulamentados semipresenciais, esse número sobe assustadoramente para 71%. (Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), 2017). O censo também trouxe uma lista de problemáticas enfrentadas pelas instituições respondentes, que são as seguintes em ordem de relevância: inovação em abordagens pedagógicas, inovação tecnológica, inovação de processos administrativos, alto padrão de infraestrutura, contratação de profissionais capacitados, formação contínua, desenvolvimento de estrutura de apoio aos alunos e estrutura administrativa complexa.

Estudos realizados em âmbito nacional (CAETANO et al., 2016) e internacional (ANSTINE e SKIDMORE, 2005; KOMARINSKI, 2015; WOMACK, 2010) revelam que estudantes vinculados ao ensino presencial apresentam desempenho estatisticamente superior aos estudantes vinculados ao ensino a distância. No que diz respeito à categoria administrativa, as medianas das notas dos cursos presenciais estão numericamente acima das notas dos cursos a distância nas IFES.

### 2.3 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Desde 1996 a modalidade EAD ocupa um papel importante na UFSC, dessa forma, está devidamente inserida nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade. Os objetivos propostos neste documento evidenciam a integração da modalidade de ensino presencial com a modalidade a distância como forma de assegurar a qualidade de ensino em todos os níveis, buscando novos patamares de excelência acadêmica. Atualmente na UFSC, o número de matriculados nos cursos de graduação a distância somam 1488 alunos. (PDI-UFSC, 2020). As bases e as políticas da EAD na universidade envolvem diferentes unidades de ensino, departamentos, cursos e laboratórios – incluindo o laboratório de Ensino a Distância (LED). Além disso, a UFSC possui a Secretaria de Educação a Distância (SEAD), que é responsável por promover o desenvolvimento humano, técnico e administrativo de docentes e de servidores técnicos administrativos em educação para utilização de tecnologias da EAD em sala de aula e/ou nas rotinas diárias, e por supervisionar os trabalhos do Núcleo Universidade Aberta do Brasil – UAB. (PDI-UFSC, 2020).

Atualmente participam do programa UAB, na oferta da UFSC de cursos de graduação a distância, vinte polos localizados no estado de Santa Catarina e um no estado do Paraná. As instalações da EAD na UFSC dividem-se em dois setores: o Núcleo do Programa UAB e a SEAD. O núcleo UAB, localizado no Centro Socioeconômico (CSE) do campus de



Florianópolis, compreende espaços para sua Coordenação-Geral e sua secretaria, havendo locais para reuniões e área para o desenvolvimento das tutorias. (PDI-UFSC, 2020). Já a SEAD localizada no centro de Florianópolis, conta com ambientes diversos, especialmente projetados para o desenvolvimento do trabalho técnico, como laboratórios de informática, salas de reuniões videoconferência, auditório, estúdio de gravação compartilhado pela TV UFSC, além de outros espaços destinados para capacitações. (PDI-UFSC, 2020).

Dessa forma, a UFSC oferece a EAD como modalidade de ensino na qual os processos de ensino e aprendizagem acontecem por meio de tecnologias de informação e comunicação com equipe técnica qualificada, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis em ações diversas e integradas às práticas acadêmicas presenciais e a distância. (PDI-UFSC, 2020).

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e é classificada como um estudo de caso. A Universidade Federal de Santa Catarina, local da presente pesquisa, é uma autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação (Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960 - Decreto nº 64.824, de 15 de julho de 1969), além do que é uma instituição de ensino superior e pesquisa, multicampi, com sede no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. (UFSC, 2017). Em relação aos fins esta pesquisa é classificada como descritiva. Tal pesquisa exige do investigador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar, e esse tipo de estudo tem como objetivo descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade. (TRIVIÑOS, 1987).

Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas como fontes de dados primários. A entrevista semiestruturada é uma técnica de coleta de dados bastante adequada para obtenção de informações acerca de questões não objetivas, tais como questões cognitivas e afetivas. (GIL, 1999). Dessa forma foi elaborado um roteiro contendo 07 perguntas, as quais abordaram o tema educação a distância. Destaca-se que a elaboração das perguntas se deu com base nos registros referentes às principais questões problemáticas levantadas durante a construção do referencial do presente estudo, sendo que as entrevistas foram realizadas pessoalmente. Abordou-se os temas, políticas públicas educacionais e da EAD. Como exemplo dessa construção, pode se citar a seguinte solicitação: – Favor citar quais

são as maiores dificuldades encontradas para o fornecimento desta modalidade de ensino. Essa solicitação foi elaborada com base na contribuição de Nascimento e Vieira (2016) que afirmam a existência de obstáculos que embaraçam e desafiam a inserção da EAD na cultura organizacional das IES. Quanto ao problema da institucionalização dessa modalidade de ensino, foi elaborada a seguinte questão: Em sua opinião quais as principais ações são necessárias para institucionalização da EAD? A seguir no quadro I são explicitadas as referências às quais deram origem às perguntas.

**Quadro I** Referências utilizadas na construção do questionário

Referências	Questões
Adaptado de Hernandes (2017) e Nascimento e Vieira (2016) e Alonso (2010)	1. Você considera que as atividades de ensino a distância são desenvolvidas de uma forma padronizada, com regulamentos e práticas iguais para todas as unidades usuárias? No caso de sim, considera que todas as unidades atendem às normas exigidas? 2. Favor citar quais são as maiores dificuldades encontradas para o fornecimento desta modalidade de ensino.
Adaptado de Brasil (2006) e Alonso (2010)	3. Você considera que as políticas públicas educacionais e da EAD estão atendendo às reais necessidades dos polos EAD? (Dos jovens e adultos que procuram os cursos da EAD?)
Adaptado de UFSC (2018)	Esta unidade tem ou já teve como prática adotar o modelo de outra Universidade no que tange à gestão da EAD? No caso de sim, qual universidade foi escolhida como modelo?
Adaptado de PDI-UFSC (2015;2020)	5. Você considera eficaz o suporte e orientação recebidos pela UAB (gestão, controle do EAD)? Os polos EAD são consultados sobre dificuldades enfrentadas no cotidiano deste tipo de ensino?
Adaptado de Alonso (2010) e Hernandes (2017)	6. Em sua opinião quais as principais ações são necessárias para institucionalização da EAD?
Adaptado de UFSC (2018)	7. Existe um regulamento específico para a educação a distância ou os cursos de educação a distância seguem o mesmo regulamento dos cursos presenciais? Informe se as unidades têm autonomia para elaborar seu próprio regulamento no que tange a EAD.

Fonte: material elaborado pelos autores, 2019.

A técnica de análise dos dados deu-se através da análise do conteúdo. Para Hair et al (2005) a análise de conteúdo coleta informações por meio da observação e verificação do conteúdo ou do texto escrito. Dessa forma, foi realizada a transcrição e posteriormente a análise das respostas obtidas nas entrevistas, a fim de chegar aos resultados e discussão deste estudo. Ressalta-se que as respostas foram analisadas com base nos autores referenciados neste artigo, ademais, procurou-se caracterizar os principais pontos trazidos pelos autores que são, por exemplo, a institucionalização, padronização, qualidade, gestão, cultura, entre outros, todos relacionados à educação a distância. A amostra contemplou os coordenadores dos cursos de graduação de biologia, filosofia, economia, administração,

administração pública e letras. Destaca-se que as unidades foram escolhidas com o intuito de selecionar diferentes áreas, afim de que se possa enriquecer os resultados da pesquisa mediante diferentes perspectivas. Além desses, também fizeram parte da pesquisa o Coordenador Adjunto da UAB na UFSC, o Secretário da EAD na UFSC e o responsável pela parte administrativa dessa secretaria. Para preservar o sigilo não foram mencionados os nomes dos entrevistados.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Apresenta-se aqui os principais fatores relacionados a educação a distância na UFSC, a partir das entrevistas realizadas, conforme explicitadas no capítulo 3, procedimentos metodológicos. Quanto à padronização das atividades da EAD, com regulamentos e práticas iguais para todas as unidades usuárias, o entrevistado I informou que não funciona dessa forma, mas salientou que existe uma vontade por parte da UAB de padronizar, pois a despadronização é um impasse para o sucesso da EAD. Já o entrevistado II explicou que cada curso possui suas próprias especificidades, e que, dessa forma, torna-se impossível as atividades serem padronizadas, porém a professora salientou que os padrões existem no âmbito dos sistemas, como o *Moodle* (sistema de apoio aos cursos da UFSC) por exemplo. Para o entrevistado III, a opinião é também de que não existe um padrão, cada unidade faz e possui sua própria normativa interna, tendo em vista que os cenários são diferentes. O entrevistado IV defende que, no que tange a legislações e regulamentos, existe um padrão exigido pela CAPES/UAB, mas que, em relação às práticas administrativas, cada unidade possui autonomia para fazer as suas. Na opinião do entrevistado VI esta padronização não existe e o professor informou que esta universidade trabalha com a resolução 017/CUN/97 para oficializar a carga horária EAD dentro dos cursos da graduação, e com a 002/CUN/07 – UAB/CAPES para auxiliar no desenvolvimento de cursos totalmente EAD.

Quanto às dificuldades para o fornecimento desta modalidade de ensino, as respostas são inúmeras e bastante variadas, como problemas de escalas dos professores, ausência de recursos financeiros, ausência de estrutura administrativa e investimentos, falta de apoio institucional por parte da UFSC, ausência de alocação de servidores, evasão dos alunos e condições precárias de trabalho. Interessante verificar que essas alegações vão de encontro ao que é preconizado pelos PDIs da UFSC 2015 e 2020, conforme citado no referencial do presente estudo. Conveniente salientar que os dois primeiros entrevistados entraram

recentemente no cargo e não por vontade própria, mas sim em função de vacância no cargo e ausência de interessados. O entrevistado II ainda destaca que considera alta a função gratificada que o cargo dispõe, mas que mesmo assim não surgem interessados, muito em função da situação da EAD nos dias atuais, a qual abrange um futuro incerto. Alonso (2010) também trata da visibilidade da EAD como uma questão problemática. O entrevistado II está temeroso no que diz respeito à previsão para julho deste ano (2019) de corte de todas as funções gratificadas das universidades, o que irá prejudicar ainda mais a situação. O cenário descrito confere com a perspectiva de Nascimento e Vieira (2016), os quais alegam que os gestores dessa modalidade de ensino nas IES não medem esforços para concretizar ações da EAD apesar da vasta gama de obstáculos que desafiam tal inserção.

Citado pelos entrevistados, e conforme o Censo EAD. BR (2017), o problema da evasão é uma das principais questões enfrentadas pelas IES, sendo que a maioria dessas desconhecem os motivos. De acordo com as entrevistas, esse problema repercute também na estrutura pedagógica, pois os cursos acabam perdendo o direito de ter um tutor em função do pouco número de alunos. O entrevistado II destacou que assumiu o cargo de coordenadora do curso e não recebeu nenhum tipo de orientação e ou instrução para exercer suas atividades. Para o entrevistado III os principais problemas são: falta de apoio administrativo e de pessoal a essa modalidade de ensino. Já para o entrevistado IV, o principal problema é a ausência de compreensão das atividades pertinentes a cada cargo dentro do sistema UAB. Como exemplo ele citou os seguintes cargos: tutor, coordenador, professor e equipe de apoio, e alegou que muitas vezes, talvez pelo fato da não institucionalização dessa modalidade, as atividades se confundem fazendo com que os profissionais não tenham a certeza exata da gama de funções que lhes cabem.

De acordo com Hernandes (2017) o Ministério da Educação oferece algumas vagas para professores trabalharem prioritariamente com cursos a distância e especialistas em informática e multimídias. Contudo, o que se observa na prática é o número reduzido desses profissionais e ainda tais profissionais não foram alocados, como a devida prioridade, na estrutura de EAD da UFSC. Ainda sobre as questões problemáticas, os entrevistados I e II destacaram a situação dos recursos humanos, dividida em duas deficiências: uma é a ausência de investimentos nesta área, a qual é composta apenas por bolsistas e tutores contratados pela própria UAB. Os professores informaram que toda administração dos cursos fica por conta de bolsistas. O entrevistado II defendeu a ideia de que ao contrário do que é atualmente, a

contratação de profissionais deveria ser feita pela UFSC e o quadro deveria ser composto por servidores públicos assim como são nos cursos presenciais, mediante a realização de concurso público e com a exigência de conhecimentos específicos. As questões problemáticas diagnosticadas nas entrevistas também conferem com as descritas pelo CENSO EAD. BR (2017) citadas anteriormente.

O entrevistado I contou que quando assumiu a coordenação do curso, esse, com aproximadamente 600 alunos, não tinha secretária acadêmica e nem secretária administrativa. Dessa forma verificou-se que, na maioria dos cursos da EAD, as mesmas pessoas que trabalham nos cursos presenciais atendem também as demandas da EAD. O professor contou que quando recebeu os tutores, contratados pela UAB, verificou que os mesmos não tinham nenhum tipo de formação na área do curso. Ademais, o entrevistado informou perceber a existência de pressão, por parte das universidades particulares, que possui como intuito principal desmotivar as públicas no que tange ao desenvolvimento da EAD. Na opinião do professor, essa modalidade possui aspectos bastante valiosos, os quais tendenciam a iniciativa privada a almejar se tornar única no fornecimento desse método de ensino. Ainda sobre as questões problemáticas, segue trecho de uma entrevista: “Como pode ver, estamos situados fisicamente em uma salinha onde era o almoxarifado, sem ventilação e sem janelas. Essa é importância dada a EAD dentro da universidade.” (Entrevistado II, 2019).

Ainda sobre a falta de estrutura administrativa, o entrevistado I conta que quando assumiu o cargo, as maiores reclamações dos alunos eram relacionadas há desatualização do site, o qual estava nessa situação há dois anos. O entrevistado II contou que no início de 2019 todos os coordenadores de cursos EAD foram chamados para uma reunião, em que foram informados de que as viagens às quais ocorriam até os polos não iriam mais ocorrer em função da redução dos recursos. Alonso (2010) também argumenta sobre o problema da falta de recursos orçamentários para a EAD, ao criticar a forma como se dá o financiamento dos projetos de cursos a distância, no qual as vagas geradas nessa modalidade não são contabilizadas no total geral da oferta em cada uma delas. O entrevistado II caracterizou aquela decisão como de extrema problemática para a execução e qualidade dos cursos, pois as visitas aos polos eram essenciais para manter um bom funcionamento e relacionamento com o pessoal dos polos e também com os alunos por meio de aulas presenciais.

Por outro lado, a gestora informou que este ano de 2019 é o primeiro ano que o calendário de aulas da EAD precisou se adequar ao calendário de aulas presenciais da UFSC,

o que ela considera uma mudança muito significativa. Essa afirmação vai ao encontro dos objetivos estabelecidos no PDI (2015) da UFSC no que tange ao tema, que dentre eles destaca-se institucionalizar as atividades de ensino a distância em todos os níveis no âmbito da UFSC.

Para o entrevistado VI, o principal problema se dá na ausência de recursos orçamentários, o qual dele se origina uma série de outros problemas. Na percepção do gestor, desde 2014 o MEC e a CAPES tem diminuído o envio de recursos, ocasionando alguns prejuízos como, por exemplo: diminuição dos encontros presenciais nos polos, o que, para o professor, são de extrema importância, e falta de recursos para produção de materiais, sendo necessária a utilização de versões anteriores. Para o entrevistado VII os problemas listados são diversos: no que tange aos alunos, falta dedicação e disciplina, pois a maioria acredita que o curso será fácil. Há problemas relacionados aos aspectos comportamentais e também impasses na comunicação. Referente à questão administrativa, há falta de pessoal sendo que os profissionais são contratados pela CAPES por meio de bolsas. Para o entrevistado VII a falta de interesse por parte dos professores em trabalhar com a EAD é o maior impasse. O entrevistado VIII cita como impasses as diferentes situações em que se encontram os polos, no que tange à tecnologia, qualidade dos equipamentos, entre outros. Segundo o professor, antigamente os alunos conheciam a UFSC, os laboratórios, atualmente não há mais essa interação entre alunos e professores em função da falta de recursos. Para o entrevistado VII a dificuldade maior também é relacionada ao comportamento dos alunos, o professor alega que os mesmos ainda não possuem uma compreensão global de como funciona a metodologia EAD, ausência de responsabilidade também foi citada.

Quanto ao atendimento das necessidades dos polos EAD pelas políticas públicas educacionais e da EAD, o entrevistado I alegou que não atende, e citou novamente a precária situação de contratação de recursos humanos, a qual é feita pela UAB de maneira independente. Já o entrevistado II defende que as propostas das políticas educacionais são boas, porém não levam em consideração alguns fatores cruciais específicos da EAD. A gestora explicou que na maioria das vezes os alunos moram em cidades do interior as quais ficam muito longe dos polos de apoio, ademais, esses alunos trabalham o dia todo, o que acarreta na ausência de condições, tanto de tempo como de recursos financeiros para se deslocar até o polo. A entrevistada sugeriu que fossem fornecidas ajudas de custo para transportes, bem como bolsas de estudo para que o aluno pudesse trabalhar menos e se

dedicar mais à graduação. Esses argumentos também são explicitados por meio da ABED, instituição a qual defende que para a viabilização da EAD é imprescindível a implantação e desenvolvimento de inovações nos ambientes de estudo, nas metodologias e na percepção das pessoas sobre o acesso e as práticas de formação.

Já o entrevistado III não considera que as políticas públicas educacionais e da EAD estão atendendo às reais necessidades dos polos e unidades, principalmente devido ao contingenciamento de recursos. Já o entrevistado VI afirmou que sim, e aproveitou a ocasião para informar que existe uma corrente iminente que propõem o término dos polos. De forma contrária à percepção de *Hernandes (2017)*, o qual defende a existência dos polos, o gestor se colocou a favor daquela corrente, alegando que nos dias de hoje não é mais necessária a vinda de um aluno ao polo para assistir web conferências, com exceção da existência dos laboratórios, que essa ele ainda considera de extrema importância. Também salientou que atualmente existe uma dificuldade de implantação de polos em outros locais. O entrevistado VIII acredita que as políticas públicas da EAD não estão atendendo as reais necessidades da comunidade, pois há uma limitação em relação ao número de polos se for feita uma comparação com o número de prefeituras. Outra restrição levantada pelo gestor é o limite na quantidade de professores para atender os alunos, visto que esse processo envolve visitas técnicas, recursos e mão de obra.

Interessante salientar que muitos dos entrevistados fizeram questão de destacar a falta de recursos em comparação com períodos anteriores: antigamente a CAPES cedia os equipamentos e materiais a serem usados nos polos, hoje já não é mais assim, muitas vezes a própria UFSC precisa enviar os materiais, sendo que em outras unidades isso nem chega a ocorrer deixando alguns polos em situações bem precárias. O entrevistado VI salientou que esses materiais também eram cedidos pelas prefeituras e ou pelo Estado e que hoje isso também não ocorre mais. Para o entrevistado IX as parcerias entre o Estado e município estão cada vez mais frágeis em função do limite de recursos financeiros. A situação das políticas educacionais e da EAD depende muito do perfil da gestão que se encontra no momento. O professor salientou a importância da política no cenário da EAD: “Depende da gestão, do perfil, do momento político bem como dos interesses respectivos. É isso que vai determinar a situação dos polos, se serão alvos de investimento ou de abandono”. (ENTREVISTADO IX, 2019). Quando questionados se a unidade tem ou já teve como prática adotar o modelo de outra universidade no que tange à gestão da EAD, dois entrevistados responderam

negativamente. O entrevistado IV informou que em tempos passados a UAB adotou como modelo o sistema *Open University* oriundo da Inglaterra, além desse adotou também o *UNED - Universidad Nacional de Educación a Distancia*. Destacou que o grande problema desses modelos citados é que eles não sofreram atualizações, e é por esse motivo que atualmente a UFSC não segue nenhum modelo.

Já o entrevistado VII informou que o curso no qual atua irá começar a adotar como referência as seguintes universidades: Federal do Paraná, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. Grande parte dos entrevistados informaram que a UFSC serviu já como modelo para diversas instituições, e que alguns professores já adotaram como modelo, referências estrangeiras, como por exemplo Universidade de Lisboa. O entrevistado VII informou que em algum momento foi utilizado como modelo o laboratório de Ensino a Distância – LED na UFSC. Quanto ao suporte e orientação recebidos pela UAB e se os polos EAD são consultados sobre dificuldades enfrentadas no cotidiano desse tipo de ensino, as opiniões foram muito divergentes tornando difícil o estabelecimento de um consenso. O entrevistado I informou que esse suporte poderia melhorar e destaca que tal apoio depende da gestão da UAB no momento. Contou que o novo gestor assumiu há aproximadamente um mês e que esse chama para saber quais são as dificuldades dos coordenadores de cada curso, mas que nem sempre foi assim.

Apesar de encontrarmos como metas no PDI da UFSC (2015; 2020) a questão da institucionalização da EAD, o gestor voltou a falar na falta de incorporação da EAD à universidade, o que remete a certo descaso por parte da instituição. Deu como exemplo, que, antes de sua gestão, as decisões que remetiam à EAD não passavam no âmbito dos colegiados e na Direção, como ocorre com os cursos presenciais, o que denota falta de integração da modalidade à instituição, condizendo com Hernandes (2017), que relata sobre os cursos EAD não serem institucionalizados organicamente, levando as atividades dessa modalidade a se tornarem secundárias no âmbito da própria instituição. Já o entrevistado II alegou que esse apoio ocorre, mas é mais no sentido de acompanhamento de execução de cronogramas e informou que o processo de demandas ocorre basicamente da seguinte maneira: os polos enviam suas demandas para a UFSC, e o que a UFSC não consegue resolver, é remetido à UAB. Para o entrevistado III, esse suporte não ocorre por parte da CAPES/UAB, também não ocorre para o entrevistado IV. Mas, o professor destacou que, excepcionalmente, no presente ano vem ocorrendo muito em função dos problemas ocorridos na gestão da EAD na UFSC no



final do ano de 2018, mas que nunca foi assim. Informou que esse suporte, que somente ocorre diante da ocorrência de problemas na gestão da EAD, vem de uma maneira negativa, na forma de pressão e controle sobre o trabalho. O entrevistado frisou que anteriormente ao ano passado (2018), a SEAD estava há praticamente doze anos sem esse controle, tendo como base alta flexibilidade e autonomia. Ademais, contou que este suporte e apoio eram mais recorrentes antes de 2006, quando os polos possuíam extrema importância dentro do sistema UAB. Frisou que atualmente a coordenação da UAB na UFSC não presta nenhum tipo de apoio aos polos, nem busca saber informações sobre em que situação se encontram.

Já para os entrevistados V, VI, VII e IX esse suporte ocorre, com destaque para seguinte fala: “Sim! Para que um polo permaneça, periodicamente tal polo é avaliado, o próprio MEC/CAPES fazia avaliação sobre o curso, qualidade em geral, estrutura, materiais, aula. Não se sabe se tal avaliação continua.” (ENTREVISTADO VII, 2019). Mas, por outro lado, para o entrevistado VIII, de uma forma geral não há esse suporte, pela limitação que a educação vem sofrendo em função do limite de recursos: “Não há planejamento fixo sobre o que irá acontecer, mas isso não é um problema local, mas sim da atual situação da educação do país que afeta a EAD.”. (ENTREVISTADO VIII, 2019).

Quanto às ações necessárias para institucionalização da EAD, o entrevistado II informou que quando assumiu achava que a EAD já era algo institucionalizado, mas citou que a integração do calendário acadêmico EAD com o presencial foi uma grande iniciativa no que tange à realização deste processo. O entrevistado I citou algumas medidas como: os cursos da EAD deveriam ser vistos como cursos normais da universidade, e não como um caso à parte, deveriam receber a mesma estrutura que os cursos presenciais, como por exemplo, ter um professor responsável pelos estágios, pelas monografias, e os tutores, coordenadores de tutorias deveriam ser servidores da UFSC e não bolsistas. As opiniões do entrevistado III e do entrevistado IV na UFSC seguem a mesma linha, e os servidores citam como necessárias as seguintes ações: inclusão das atividades EAD no orçamento geral da UFSC (hoje o orçamento vem todo da UAB), regulamentação da EAD e criação de uma política para a EAD que contemple todos os profissionais que dela fazem parte. Nessa direção Hernandez (2017) ressalta que como os cursos não são institucionalizados organicamente, tornam-se atividades secundárias para a própria instituição de ensino.

Para o entrevistado V a principal ação é o reconhecimento do MEC de que é necessária a institucionalização. Por conseguinte, foi citado: a equiparação do curso EAD com

o presencial. O professor frisou a importância de poder contabilizar as horas ministradas de aula na EAD no PAAD (Plano de Atividades Acadêmicas Docentes). Na opinião do gestor este empecilho é uma grande problemática para a gestão da EAD, explicou que isso gera uma sobrecarga muito grande nos professores que trabalham com esta modalidade de ensino e que os mesmos só se mantêm no curso em função das bolsas que recebem, mas o professor fez questão de destacar: “se fosse possível haver uma troca, os professores iriam preferir contabilizar as horas ministradas da EAD ao pagamento de bolsas” (ENTREVISTADO V, 2019). Esse apontamento condiz com a fala de Alonso (2010) ao enfatizar que a sobrecarga de trabalho docente é um dos pontos cruciais na execução das atividades da EAD.

Para o entrevistado IX o que falta é vontade política de aperfeiçoar a EAD, salientou que os envolvidos com essa modalidade possuem essa vontade. Mas, destacou também que o colegiado é dividido no que tange à institucionalização: “muitos estão a favor, outros não, as opiniões muitas vezes são contrárias. Alguns alegam que a institucionalização acarretaria maiores gastos para a universidade.” (ENTREVISTADO IX, 2019). Também foram citadas como necessárias as seguintes medidas: criação das resoluções, criação de polos nos campi, capacitação de docentes para essa modalidade, criação de infraestrutura nas unidades para atendimento das demandas da EAD como salas de videoconferências, por exemplo. Já o entrevistado V também defendeu a necessidade de os tutores serem servidores da universidade, contratados especificadamente para essa atividade, além de a instituição assumir a estrutura necessária da EAD. O entrevistado V sente muito a falta de incentivo para as idas aos polos. O professor acredita que os contatos presenciais nos polos fortaleciam muito o vínculo, o que ajudava no sucesso dessa modalidade de ensino. De fato, é fundamental ida aos polos. Conforme afirma Hernandez (2017), os polos são fundamentais na educação a distância. Criados em parcerias com as Prefeituras, oferecem apoio presencial aos estudantes de EAD, normalmente possuem laboratórios, bibliotecas com acervo especializado e internet compatível com o ensino a distância.

Quanto à existência de algum regulamento específico para a educação a distância ou se esses cursos seguem o mesmo regulamento dos cursos presenciais, muitos entrevistados responderam que os cursos da EAD possuem regulamentos específicos, e que o próprio curso tem autonomia para elaborar tal documento. Dois destacaram que cada curso possui suas especificidades e que então não há como manter um padrão para todos os cursos, citaram os exemplos das diferenças entre bacharelados e licenciaturas.

O entrevistado II destacou que o curso possui um regimento especial para a EAD que foi criado pelo próprio departamento, o qual está em sua 3ª edição, mas destacou que precisa estar de acordo com as normas do regimento da UFSC. Quanto às respostas do entrevistado III e do entrevistado IV, esses informaram que existem os dois cenários: cursos que seguem, ou pelo menos tentam seguir, com pequenas alterações, o regulamento dos cursos presenciais, e os cursos que compuseram seus próprios, pois possuem autonomia para tal. Atualmente a UFSC conta com oito graduações da EAD e duas especializações. Já o entrevistado VII explicou que os cursos da EAD são regidos por projetos e que, portanto, seguem as normas do projeto. Quando surgem algumas exceções, são usadas as normas dos cursos presenciais. Dessa forma o professor informou que as regras podem ser originadas do projeto, Conselho Universitário e/ou Conselho de Unidade do Centro o qual pertence o curso. Para o entrevistado VI essa autonomia não existe, e o professor informou que a resolução utilizada é a 002/CUN/07, a qual trata dos cursos a distância que são regidos pelos editais da CAPES.

Os resultados das entrevistas realizadas encontram respaldo no ensinamento de Weiss (1999), que afirma que o grau de institucionalidade de uma política encontra-se associado às circunstâncias históricas, culturais, operacionais, orçamentárias e reguladoras das organizações públicas. Assim, a fragilidade da educação a distância nas instituições públicas é compreendida pelos referidos ensinamentos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa trouxe, como uma de suas principais contribuições, a possibilidade de se conhecer como pensam os gestores que trabalham com a EAD na UFSC. De acordo com Nascimento e Vieira (2016) é de suma importância estudar a institucionalização da educação a distância, pois dessa forma torna-se possível apresentar contribuições que auxiliem as discussões que, *a posteriori*, possam vir a viabilizar as tomadas de decisões sobre a inserção dessa modalidade como uma alternativa institucional de promoção do processo de ensino-aprendizagem. Algumas questões são cruciais para o bom funcionamento dessa modalidade de ensino, e poder elencá-las com base em referências práticas é de extrema valia. Um ponto que merece atenção, e que também foi bastante citado, é o receio e o medo diante do congelamento de gastos, situação essa que já vem ocorrendo vide o cancelamento das viagens dos professores aos polos. Neste ponto é importante destacar que houve divergência de opiniões entre os entrevistados: alguns defendem quase que em sua totalidade a extinção dos

polos e outros alegam que este cenário é extremamente prejudicial para o sucesso dessa modalidade de ensino.

De fato, a não institucionalização da EAD é de fato uma variável de extrema insatisfação por todos entrevistados. Os professores coordenadores dos cursos defendem que a universidade enxerga e considera a EAD como algo separado, o que termina por acarretar em diversos prejuízos para a qualidade do ensino. Esse achado merece destaque, pois contraria os princípios descritos nos PDIs da UFSC (2015; 2020), os quais preconizam alto investimento nessa modalidade de ensino. No entanto, verifica-se também que a ausência de investimentos e atenção devida não vem apenas da UFSC, mas também dos outros órgãos gerenciadores como CAPES, MEC, e prefeituras municipais. Diante dos resultados encontrados, foi possível verificar, com base nas entrevistas, certa ausência de esperança no sucesso do desenvolvimento dos cursos da EAD na UFSC. Foi citado por diversas vezes como um grande problema a falta de interesse por parte dos professores em assumir e ou trabalharem com a EAD, situação essa, justificada pelos entrevistados, por três motivos principais: sobrecarga de trabalho, retorno financeiro que não compensa, e situação de visibilidade e fragilidade que se encontra a EAD no cenário atual.

Ainda sobre a questão que retrata a falta de interesse por parte dos professores em trabalhar com a EAD, o entrevistado IV contou que a UFSC no passado possuía diversos cursos de graduação da EAD, e que já no ano de 2018 acabou por perder uma série de oportunidades diante da abertura de novos cursos por meio de editais em função desse desinteresse em assumir os cursos por parte dos professores. Não menos importante é a forma como se dá a relação CAPES/UAB e universidades. Por parte dos coordenadores de cursos da EAD, essa relação é extremamente distante, com pouco entrosamento e diálogo, composta por uma série de regulamentos, esses impostos pela CAPES/UAB, que se distanciam muito da realidade demandada pelos cursos no âmbito das IFES.

Como exemplos de tais regras, pode-se citar a contratação de recursos humanos para atuar na EAD, essa fundamentada em editais que já vem prontos para divulgação, os quais, na maioria das opiniões, encontram-se em desacordo com as reais necessidades dos cursos. O apoio fornecido pelas entidades provedoras dos polos também foi citado como bastante incerto e oscilante, fundamentado em uma relação imprevisível a qual depende do perfil da gestão que se encontra no momento atual, além de fatores políticos. Denota-se que o assunto Educação a Distância é um tema bastante nebuloso no ambiente da universidade. Para os

entrevistados, o cenário é repleto de incertezas, e o futuro dessa modalidade de ensino na instituição, mais ainda. A sobrecarga do trabalho docente, a falta de incentivos à EAD, ausência de institucionalização dessa modalidade, a qual acaba acarretando em uma série de problemáticas, como descaso com a infraestrutura, falta de amparo administrativo e de normatização de regras para o bom funcionamento do ensino são alguns dos diversos fatores que desmotivam os entrevistados.

Dessa forma considera-se que este trabalho atingiu seu objetivo proposto, pois conseguiu estudar e analisar como se encontra a situação da EAD na Universidade Federal de Santa Catarina. Esta pesquisa tem como principais contribuições transcrever o cenário atual deste processo, publicitando quais são as principais dificuldades encontradas nesta trajetória. Outra questão de extrema valia que este estudo trouxe é a apresentação de divergências de opiniões entre os coordenadores de curso e os gestores da UAB. Denota-se ausência de consenso entre as visões, fator este que com certeza dificulta o aprimoramento da EAD. Por fim, pode-se verificar que é unânime a opinião de que a EAD precisa ser institucionalizada, e principalmente que, essa falta de institucionalidade tem acarretado uma série de problemas no âmbito da gestão dessa modalidade de ensino. Diante deste cenário, sugere-se para novos estudos, que pesquisas sejam realizadas em outras universidades que oferecem EAD, tanto públicas como privadas, para que se possam efetuar comparações entre um modelo de gestão e outro. Não menos importante é a necessidade de pesquisas de campo com os profissionais que atuam nos polos e com os profissionais que fazem parte das entidades provedoras destes.

## **REFERÊNCIAS**

ABED- Associação Brasileira de Educação a Distância. Grupos que pesquisam EAD no Brasil. 2017. Disponível em: [http://abed.org.br/congresso2017/Grupos\\_que\\_pesquisam\\_EAD\\_no\\_Brasil.pdf](http://abed.org.br/congresso2017/Grupos_que_pesquisam_EAD_no_Brasil.pdf). Acesso em 28 jul. 2018.

ALONSO, Kátia Morosov. A expansão do ensino superior no Brasil e a EAD: dinâmicas e lugares. *Educação & Sociedade*, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, 2010.

ARRUDA, Eucídio Pimenta; ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. *Educação em Revista*, v. 31, n. 3, 2015.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (Brasília). Ministério da Educação (Org.). MEC atualiza regulamentação de EAD e amplia a oferta de cursos. 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/212-noticias/educacao-superior-1690610854/50451->

mec-atualiza-regulamentacao-de-EAD-e-amplia-a-oferta-de-cursos>. Acesso em: 01 ago. 2018.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta, 1994. 226 p.

BELLONI, Maria Luiza. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. *Educação & sociedade*, v. 23, n. 78, p. 117-142, 2002.

BRASIL. Decreto no 5.800 de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm). Acesso em: 13 ago. 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9057-25-maio-2017-784941-publicacaooriginal-152832-pe.html>. Acesso em 01/09/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais de qualidade de EAD de cursos de graduação a distância, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refEAD1.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2018.

CARDOSO GOMES, Maria Helena Scalabrin; BRESCIANI, Luis Paulo; AMORIM, Wilson Aparecido. Políticas sociais, educação e desenvolvimento econômico: busca por evidências correlacionais a partir das avaliações do Ideb de três municípios paulistas. *Gestão & Regionalidade*, v. 32, n. 94, 2016.

CENSO EAD.BR. Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2016. Curitiba: Ibpx, 2017. Disponível em: [http://abed.org.br/censoEAD2016/Censo\\_EAD\\_2016\\_portugues.pdf](http://abed.org.br/censoEAD2016/Censo_EAD_2016_portugues.pdf). Acesso em: 09/08/2018.

Censo 2014. Disponível em: [http://www.abed.org.br/censoEAD2014/CensoEAD2014\\_portugues.pdf](http://www.abed.org.br/censoEAD2014/CensoEAD2014_portugues.pdf) Acesso em: 01/08/2018.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista brasileira de educação*, v. 24, p. 5-15, 2003.

DAVID, Célia Maria et al., orgs. *Desafios contemporâneos da educação* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. *Desafios contemporâneos collection*, 370 p. ISBN 978-85-7983-622-0.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior, globalização e democratização: qual universidade? *Revista brasileira de educação*, n. 28, p. 164-173, 2005.

FERREIRA, Marcello; CARNEIRO, Teresa Cristina Janes. A institucionalização da educação a distância no ensino superior público brasileiro: análise do Sistema Universidade Aberta do Brasil. *Educação Unisinos*, v. 19, n. 2, p. 228-242, 2015.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de Pesquisa Social*. Editora Atlas. 5ª Ed. São Paulo, 1999.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HAIR, JOSEPH ET AL. *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Bookman Companhia Ed, 2005.

HEIDEMANN, Francisco Gabriel. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: UNB, p. 23-39, 2009.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do ensino superior público. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 25, n. 95, p. 283-307, 2017.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. Brasília: Ipea, 2015. (Relatório de pesquisa). Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4118/1/bps\\_23\\_14072015.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4118/1/bps_23_14072015.pdf). Acesso em 01/08/2018.

JÚNIOR, Victor Meyer; LOPES, Maria Cecilia Barbosa. Administrando o imensurável: uma crítica às organizações acadêmicas. *Cadernos Ebape. BR*, v. 13, n. 1, p. 40-51, 2015.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

NASCIMENTO, João Paulo Rodrigues do; VIEIRA, Maria das Graças. Os desafios da institucionalização do ensino superior na modalidade a distância: a visão dos gestores de uma universidade federal. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 24, n. 91, p. 308-336, 2016.

PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues; MORAES, Raquel de Almeida; TERUYA, Teresa Kazuko. *Educação a distância (EAD): reflexões críticas e práticas*. 2017. Disponível em: [https://www.EAD.unb.br/arquivos/livros/EAD\\_reflexoes\\_critica\\_praticas.pdf](https://www.EAD.unb.br/arquivos/livros/EAD_reflexoes_critica_praticas.pdf). Acesso em: 01 jul. 2017.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2004.

UFSC. (2017). Estatuto da UFSC. Florianópolis, SC, Brasil.

UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina. Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019. Florianópolis: UFSC, 2015. Acesso em: 17 junh. 2018. Disponível em: <http://pdi.ufsc.br/files/2015/05/PDI-2015-2019-1.pdf>.

UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina. Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024. Florianópolis: UFSC, 2019. Acesso em: 25 julh. 2020. Disponível em: <https://pdi.ufsc.br/files/2020/06/PDI-2020-2024.pdf>.

WEISS, C. H. Speeches and addresses. Th e interface between evaluation and public policy. Evaluation, 1999.